

**A DIMENSÃO POLÍTICA DE ÍNDICES SINTÉTICOS DE DESENVOLVIMENTO
E A POSIÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS UNIDOS**

Marcelo Amado Sette Mosaner

Mestrando em Economia Política
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Email: marcelo7m@gmail.com

Prof. Dr. Ladislau Dowbor

Professor de Economia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Email : ladislau@dowbor.org

CLASSIFICAÇÃO JEL: C43, F5, O10, O47

PALAVRAS-CHAVE: Métricas de desenvolvimento humano, índices internacionais de desenvolvimento, dimensão política de índices de desenvolvimento.

RESUMO

Este artigo debate a importância de explicitação do conteúdo político de índices sintéticos de desenvolvimento comparáveis internacionalmente a partir de análise de variação da posição relativa dos Estados Unidos em índices selecionados do PNUD, Banco Mundial e ONGs. As diferenças emergem dos distintos contextos político-sociais, agendas políticas e paradigmas nos quais estas ferramentas de medição foram concebidas.

ABSTRACT

This article calls attention to the importance of making the political agendas behind internationally comparable development synthetic indicators more explicit throughout the analysis of US relative ranking variation in selected indicators from UNDP, The World Bank and NGOs. Such differences on US position emerges from the very distinct

sociopolitical contexts, political agendas and ruling paradigms under these measurement tools were build on

SIGLAS E ABREVIACOES

FIB	Felicidade Interna Bruta
IDES	Índices de Desenvolvimento Econmico Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD)
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às desigualdades (PNUD)
IDG	Índice de Desigualdade de Gênero (IDH)
IPS	Índice de Progresso Social
IBEE	Índice de Bem-Estar Econômico (Osberg e Sharpe)
NEF	New Economy Foundation (Inglaterra)
PIB	Produto Interno Bruto (Banco Mundial)
PIB PPC	Produto Interno Bruto ajustado ao Poder de Paridade de Compra (Banco Mundial)
PIBpc PPC	Produto Interno Bruto per capita ajustada ao PPC (Banco Mundial)
PNA	Poupança Nacional Ajustada (Banco Mundial)
WWF	Worldwide Fund for Nature

1 Introdução

Índices sintéticos de desenvolvimento econômico e social (IDES) têm sido amplamente utilizados para a formulação e a avaliação de impacto de políticas pblicas em diversos nívis de governo - internacional regional e local. No nívl internacional, tais ferramentas de medição adquirem também a função política de orientação do sentido do “progresso social”, e a escolha do objeto de medição e da metodologia representam inexoravelmente um fato político. O presente artigo apresenta o debate acerca de diferentes índices sintéticos desde a década de setenta, ilustrando as diferenas nos resultados internacionais comparados em termos da variação da posição relativa dos Estados Unidos em nove IDES selecionados. A questo da escolha dos subcomponentes de análise deste índices é explorada, concluindo que dado o caráter político de tais ferramentas de medição, e sua função normativa no processo de desenvolvimento humano, é necessário que seus conteúdos estejam explícitos e inteligíveis para o público. O artigo aponta para a

necessidade de maior pesquisa e debate no tangente ao caráter político de índices agregados de desenvolvimento econômico e social.

1.1 Conceitos – sobre política e índices sintéticos

O conceito de política para Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998, p. 954-5) está estritamente ligada ao poder de um sobre o outro, com o objetivo de obter “qualquer vantagem” (Hobbes) ou ainda como o “conjunto dos meios que permitem alcanças os efeitos desejados” (Russel). Ao pretender isolar o elemento específico do “poder político”, os autores (p.955) dividem as formas de poder entre poder econômico, ideológico e poder político *per se*. O poder econômico é descrito como o uso intencional da posse de bens para induzir aqueles que não os têm, a manter certo comportamento ou curso de ação. O poder ideológico é baseado na capacidade de formulação e veiculação específica de ideias em influenciar a conduta humana. Nas palavras do autor, o poder ideológico:

se baseia na influência que as idéias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consociados (BOBBIO, MATEUCCI e PASQUINO, 1998 p. 955)

O poder político em seu sentido estrito, é baseado na “ posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física [...] é o poder coator no sentido mais estrito da palavra. ” remetendo a concepção hobbesiana de Estado. Nye (1990, p. 154) constrói sobre a tipologia proposta por Bobbio, ao introduzir o conceito de *Soft Power*, argumentando que a medida tradicional de medição de poder em termos de poderio militar (no qual o teste supremo de poder de uma nação seria sua potência bélica) está perdendo terreno para fatores como a tecnologia, a educação e o crescimento econômico. Ao passo que os instrumentos de poder mudam, assim mudam as estratégias dos países (p. 158). Quando um país consegue

mudar os interesses de um outro país de acordo com sua própria agenda, ou como melhor colocado nas palavras de Nye “*when one country gets other countries to want what it wants*” (NYE, 1990 p.166) isso pode ser chamado de poder co-otivo (“co-optive power”) em contraste com o envio de ordens diretas a outros países. Em sua definição, o poder co-otivo é a habilidade de um determinado país de estruturar uma situação na qual os outros países desenvolvam preferências ou definam seus interesses de modo consistente com os seus próprios interesses. Este tipo de poder tende a surgir por “atração ideológica” assim como por regras e instituições de regimes internacionais. (NYE, 1990 p. 168).

Ao explorar as diferentes estruturas de mensuração da ação humana, ou mais especificamente, explorar as principais maneiras de medição do desenvolvimento econômico e social dos países, revela-se um problema entre a ambição de desenvolver ferramentas precisas, simples e confiáveis para orientar o desenvolvimento humano, de um lado, e a dimensão política presente neste debate, que nem sempre é explicitada.

A própria adoção do critério “posição relativa dos EUA” para avaliar eventuais incongruências entre as ferramentas analisadas, pode representar em si um juízo de valor. Esta escolha é justificada primeiramente, pelo enorme poder de influência dos Estados Unidos nas relações internacionais contemporâneas e seu grande poder de moldagem do paradigma de crescimento tecnológico-industrial vigente. Em segundo lugar, após a análise dos índices, verificamos que nenhum outro país analisado apresentou variação tão contrastante no conjunto observado de posições nos *rankings*. Por estes dois motivos, a “posição relativa dos EUA” foi adotada como variável independente em relação ao escopo de medição proposto por cada índice. Mesmo assim é importante frisar que neste estudo, este critério serve apenas para uma exploração inicial de possíveis implicações políticas derivadas da escolha de um determinado de indicador de progresso social em detrimento de outro. Não há, neste sentido, qualquer pretensão de analisar especificamente a realidade

social dos Estados Unidos, e os condicionantes internos e externos de sua colocação nos *rankings* analisados.

Há certo problema na literatura em português sobre a diferença entre os termos “indicadores” e “índices”, dado que alguns autores utilizam os termos como sinônimos. Adotamos neste artigo a visão de Siche et al (2007), de que “um índice é um valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõe” (SICHE et al, 2007 p.139). Ou seja, chamamos genericamente de “indicadores” o agregado de informações quando estas compõe a base de cálculo de outro indicador, que por seu caráter agregado final é chamado de índice. Dentro deste contexto, consideramos neste artigo que cada índice é formado por n dimensões com determinado número de indicadores por dimensão (por exemplo, o Índice de desenvolvimento humano (IDH) do PNUD, em sua formulação original era composto de três dimensões e um indicador por dimensão).

Shields (2002, p.152-3), sistematiza os seguintes conceitos sobre a hierarquização da informação para composição de índices de sustentabilidade: A hierarquização pode ser representada por pirâmide cuja base é composta por dados primários, seguindo-se por dados já tratados e analisados na camada intermediária, por indicadores na camada superior e então, por fim, os índices se encontrariam no patamar mais alto, mais agregado e de reduzida complexidade (BROOKS apud SHIELDS, 2002); A necessidade de transmitir informações sintéticas de modo simples e confiável para uma grande variedade de públicos de interesse faz com que sua utilidade aumente ao passo em que é “condensada” (EMMERT apud SHIELDS, 2002); e um índice é simplesmente um indicador de nível [hierárquico] superior, é um conjunto de indicadores agregados ou ponderados (KHANNA apud SHIELDS, 2002).

1.2 Índices analisados

Nesta análise, foram selecionados três classes de medidas ordinais, todas comparáveis internacionalmente: índices de produção agregada, que utilizam basicamente funções macroeconômicas como *proxy* para o bem-estar social (Banco Mundial), índices híbridos que utilizam tanto métricas econômicas como estatísticas de saúde e educação (PNUD e NEF) e índices que utilizam exclusivamente indicadores sociais, ambientais e de governança, sem *proxies* econômicas - para avaliar o nível relativo de bem-estar social entre países.

O Produto Interno Bruto (PIB), o PIB PPC (paridade poder de compra) e o PIB *per capita* (PPC), são índices de produção agregada da economia, assim como o a Poupança Nacional Ajustada (PNA), que corrige a taxa de crescimento do PIB, ao descontar o impacto ambiental, e o desgaste do meio-ambiente. Estas ferramentas de medida são compiladas pelo Banco Mundial e medem a produção econômica agregada de modo objetivo, monetizado. O axioma subjacente a esta classe de medidas é a de que a produção agregada é *proxy* para o nível de bem-estar social porque um aumento no nível de atividade econômica gera emprego e renda, que possibilitam a ampliação do acesso ao consumo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus índices-satélites, como o IDH ajustado à desigualdade, e o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) – todos produzidos pelo PNUD¹ - são índices que compõe métricas monetárias e não monetárias, utilizando indicadores macroeconômicos de saúde e educação em sua composição, como *proxy* para o bem-estar social. A abordagem neste caso advém do marco normativo proposto por Amartya Sen² de caracterização do desenvolvimento em função da expansão do leque de liberdades humanas, valoradas positivamente pelo indivíduo. O *Happy Planet Index* (HPI),

¹ O IMP – Índice Multidimensional de Pobreza (PNUD) não foi considerado neste artigo devido a ausência dos Estados Unidos no ano considerado (2013).

²Referente ao marco normativo proposto pelo economista Amartya Sen. Consultar SEN (1992,1997)

produzido pela organização inglesa NEF – *New Economics Foundation* - adiciona a dimensão subjetiva do nível de bem-estar por meio de pergunta com resposta induzida pela escala decimal, e ainda agrega a dimensão ambiental por meio de dados da organização internacional *Worldwide Fund for Nature* (WWF).

O IPS – Índice de Progresso Social – foi lançado em 2014 ano pela ONG Social Progress Imperative (IPS/SPI) com o propósito de utilizar exclusivamente indicadores sociais, ambientais e de governança - sem proxies econômicas - para avaliar a evolução do bem-estar humano em 132 países. Estes índices são apenas alguns selecionados entre dezenas de índices de desenvolvimento humanos criados a partir de meados dos anos noventa para ilustrar as possíveis implicações políticas da escolha de critérios em índices de desenvolvimento³.

2 A dimensão política de índices de *progresso social*

O contexto político-econômico pode ter papel determinante na escolha de índices de progresso social⁴: a escolha de dimensões e indicadores, assim como o processo de agregação e divulgação destes índices, ao se destacar alguns pontos em detrimento de outros, é condicionado ao paradigma em que foram geridos.

Para Kuhn (1962), o desenvolvimento da ciência é determinado pela aderência à paradigmas, cuja função é prover tanto o quebra-cabeças como as ferramentas específicas necessárias à sua resolução. Quando perde-se a confiança na capacidade do paradigma (e

³ Para um panorama mais abrangente dos principais índices, consultar o Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações - Indicadores de Nações. Uma contribuição ao diálogo da Sustentabilidade. (LOUETTE, 2009)

⁴ A opção por escolher o termo genérico “indicadores de progresso social” não guarda conotação com nenhum conceito específico de progresso. A mesma se justifica apenas para buscar um termo minimamente neutro, que não guarde uma profunda correlação com nenhuma teoria econômica em específico. Algumas vezes, para evitar a repetição excessiva, será utilizado apenas o termo “indicadores”.

suas ferramentas específicas), em resolver certos quebra-cabeças, emergem crises na ciência, que acabam levando a outros paradigmas. A proposição de Kuhn pode ser deslocada para a economia política na medida em que o paradigma determina quais aspectos da realidade social devem ser medidos e quais as ferramentas mais apropriadas para os objetivos específicos que se pretendem cumprir. Portanto, índices de crescimento econômico, desenvolvimento econômico ou desenvolvimento humano servem, cada um, a seu conjunto de ferramentas especificamente desenhada para resolver seu quebra-cabeça. (MONNI e SPAVENTA, 2010 p. 5-6)

A própria terminologia utilizada deflagra opções de natureza político-econômica : a adoção do termo “crescimento econômico”, no contexto deste debate, implica na visão do crescimento econômico como fim em si mesmo. Após a grande depressão, com o novo paradigma levantado por Keynes acerca da necessidade da intervenção de agente exógeno na economia, surgiu a necessidade de ferramentas estatísticas adequadas à gestão da política macroeconômica.⁵ A transição do termo “crescimento econômico” para “desenvolvimento econômico” remonta a Schumpeter (1932), que caracteriza o desenvolvimento econômico ao complexo fenômeno de inserção de novos métodos produtivos, que leva a introdução de novos produtos na economia no longo prazo (inovação). Mesmo com a adoção do termo “desenvolvimento”, economistas que se dedicaram ao estudo dos limitantes do crescimento econômico nos anos cinquenta como Lewis (1954), Solow (1956) e Swan (1956), mantiveram o objeto de estudo nos condicionantes do crescimento do produto nacional, cujo principal indicador era o PIB. Atualmente, ainda muitos economistas neoclássicos não fazem uma distinção clara entre crescimento e desenvolvimento econômico.⁶

⁵ Para maiores informações consultar Kuznets (1934), Leontieff (1936), Keynes (1936), Meade (1936) e Clark (1937).

⁶ Para maiores informações consultar o capítulo 11 – *The Renaissance of Economic Growth* da obra *Modern Macroeconomics* de Snowdown e Vane (2005, p.579 - 698)

Nos anos setenta, observou-se que foco no crescimento econômico estava orientando a visão de vários países em torno do aumento incessante da produção industrial, numa lógica de apropriação intensa de recursos naturais e aumento do nível de emprego como sinônimos de desenvolvimento humano e bem-estar social. Nordhaus e Tobin (1972) analisam o estado de “desencantamento” dos economistas sobre o crescimento econômico no início da década de setenta, em contraste com a teorização neoclássica das décadas anteriores:

Disillusioned critics indict both economic science and economic policy for blind obeisance to aggregate material "progress," and for neglect of its costly side effects. Growth, it is charged, distorts national priorities, worsens the distribution of income, and irreparably damages the environment. (NORDHAUS, W; TOBIN, J 1972 p. 2)

Nesse contexto, o PIB, como indicador sintético de crescimento econômico começou a sofrer críticas de diversos autores, principalmente devido a sua incapacidade de medir a produção de valor econômico não monetário e, sobretudo, ao fato de que seus resultados não condiziam com o nível de bem-estar humano de diversos países⁷. (FRIEDMAN, 1992 p.37-45). A abordagem das Necessidades Básicas (*Basic Needs Approach*) surgiu como a resposta normativa à este novo paradigma e tratou de distribuição dos frutos do crescimento econômico entre a população, focando no aumento das oportunidades para os mais pobres, na maior eficácia de serviços públicos e estímulo a participação social no processo decisório.

Neste período, percebe-se uma tendência gradual de transição para o estudo dos fins do “desenvolvimento humano”, na qual diversos autores focam seus estudos na determinação de um leque de recursos mínimos para o bem-estar humano. Essa mudança de foco implicou no desenvolvimento de outros instrumentos de medição como o Índice de Prosperidade Econômica (MEW - *Measure of Economic Welfare*) proposto por Nordhaus e Tobin (1972) e o Índice de Bem-estar Econômico (Osberg, 1985), que é um índice sintético

⁷ Friedman, 1992 cita os seguintes autores que criticam o modelo de contabilidade nacional (nota de rodapé da p.38): Nordhaus e Tobin, (1972); Hueting (1980) e Block, 1990.

e multidimensional que mede o acesso a recursos materiais considerados necessários para um padrão de vida decente.

A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990, por Mahbub al Haq, no âmbito do PNUD, visou à criação de um índice sintético de desenvolvimento humano comparável internacionalmente e sólido o suficiente para que pudesse de fato se contrapor ao PIB como referência de desenvolvimento internacional. O IDH foi baseado numa tentativa de operacionalização do marco normativo proposto por Amartya Sen, que entende o processo de desenvolvimento humano como a função da expansão do conjunto de liberdades individuais acessíveis ao indivíduo e por ele valorados, ou seja, a função do conjunto de capacidades (*capacities*) relativamente aos seus funcionamentos (*functionings*) (SEN, 1992 e 1997).

O marco normativo elaborado por Sen considera o processo de desenvolvimento humano como o processo de expansão das capacidades necessárias às pessoas, para que possam desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa. Nesse sentido, Sen enfoca na criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento das capacidades. Este discurso está inserido na abordagem das capacidades (*Capability Approach*), que direciona a atenção para o que as pessoas são capazes de fazer e de fato fazem (*capabilities*). Robeyns (2005) destaca o contraste desta visão com a abordagem utilitarista, voltada à satisfação dos desejos materiais:

The core characteristic of the capability approach is its focus on what people are effectively able to do and to be; that is, on their capabilities. This contrasts with philosophical approaches that concentrate on people's happiness or desire-fulfilment, or on income, expenditures, or consumption. (ROBEYNS, 2005 p.2)

Dentro deste marco normativo, questões ligadas à desigualdade de renda e de gênero, pobreza, acesso às liberdades políticas e direitos humanos essenciais começaram a se tornar cada vez mais presentes na literatura econômica. Dentro deste paradigma, desenvolvimento

econômico nem sempre anda conjuntamente com o desenvolvimento social, e, portanto o termo desenvolvimento humano foi criado. (UNDP, 1990).

3 A posição dos Estados Unidos em índices selecionados de progresso social

Embora o sistema de contas nacional representado pelo PIB procure se isentar ao máximo de consideração de caráter ético e juízos de valor, é inequívoco que mesmo com a contabilização precisa e imparcial de cada item dentro de cada índice, como a própria escolha de dimensões, indicadores e modo de agregação e apresentação dos dados, estão circunscritos sob determinado paradigma.

A partir da aplicação, na economia política, do conceito de paradigma proposto por Kuhn, Monni e Spaventa (2010) apontam para o fato de que indicadores não são apenas ferramentas técnicas, como podem parecer, isentas de disputas teóricas. Uma vez que estão ancoradas em determinado paradigma, e, portanto tem um papel estratégico na formulação de políticas públicas, a conexão entre a teoria econômica, o paradigma vigente, e índices de progresso social tem forte implicações. Quando uma instituição independente como a OCDE, o Banco Mundial ou o FMI decidem medir o bem-estar ou o desenvolvimento econômico por meio de um indicador, e não por meio de outro, a instituição está implicitamente escolhendo uma abordagem teórica *apriorista* e conseqüentemente as políticas que pretende aplicar. Desse modo, a escolha de indicadores relaciona-se intimamente com o conceito de poder ideológico (Bobbio, Matteuci e Pasquino, 2004) e mais precisamente com o conceito de *Soft Power*, conforme exposto anteriormente, é a habilidade de um determinado país de estruturar uma situação na qual os outros países desenvolvam preferências ou definam seus interesses de modo consistente com os seus

próprios interesses, sendo que esta “habilidade” pode se manifestar por meio de regras e instituições de regimes internacionais (NYE, 1990) tais como índices produzidos pela ONU, Banco Mundial, ONGs e demais instituições internacionais.

Estas diferentes lógicas de medição e orientação do processo de desenvolvimento refletem-se, a priori, na definição normativa de padrões de medição e orienta na posição relativa dos países, nos diferentes índices de desenvolvimento humano, e . Dentre as possíveis abordagens, optamos por isolar a posição dos Estados Unidos em índices selecionados, de modo a comparar sua posição relativa nos *rankings* destes índices e ilustrar o fato de que diferentes métricas atendem a diferentes escopos de medição, sendo este processo de escolha *per se*, um fato político.

Os Estados Unidos figuram na primeira posição na família de índices da produção agregada produzidos pelo Banco Mundial, como o PIB e o PIB PPC (paridade poder de compra). No PIBpc PPC, no entanto, os EUA já perdem dez posições, se qualificando em 11o , atrás de países de diminuta população e altíssimo PIB relativo, como os produtores de petróleo (Qatar, Kuwait) e paraísos fiscais (Luxemburgo, Macau). É importante considerar, que este método de cálculo não considera a distribuição de renda entre os habitantes de determinado país, trata-se de divisão simples entre PIB PPP pelo número de habitantes recenseados. Observa-se neste indicador a ausência de considerações de implicações políticas decorrentes da origem da renda destes países, uma vez que se trata de países exploradores de recurso não renovável (petróleo) ou de paraísos fiscais, que podem receber grandes montas de capital especulativo (volátil), recursos advindos de cartéis internacionais de contrabando de armas e drogas e atuarem também como porto seguro para grandes corporações que fixam suas sedes nestes países para evitar a tributação nos países em que atuam.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é conhecido por sua relativa simplicidade e alta capacidade de comparação de dados internacionais. Com o propósito de medir em que grau os países são capazes de garantir uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente, o valor numérico do IDH é composto pela média simples (normalizada) das três dimensões: a expectativa de vida ao nascer, anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade (dimensão educação) e o PIB PCC per capita (dimensão renda). A escala de cada dimensão era balizada por valores mínimos e máximos, para reduzir discrepâncias entre os países, e o resultado final seria a média simples das três dimensões-indicadores avaliadas.

Apesar de ter um PIB per capita de USD 34,340, e, portanto bastante inferior ao americano (USD 43,480) a Austrália ocupa a segunda posição no IDH, na frente dos EUA, perdendo apenas para a Noruega, que apresenta excelentes resultados nas três dimensões. Esse dado já fornece indícios de que o elevado produto interno bruto americano está contrabalançando a performance relativamente fraca nos indicadores sociais, como expectativa de vida e educação. Caso estes dados fossem analisados em separado, os EUA se qualificariam seguramente após a trigésima posição no quesito “direito a uma vida longa e saudável” cuja *proxy* é a expectativa de vida ao nascer, atrás de Grécia, Itália e Espanha.

As críticas subsequentes ao IDH-2000 debateram a dicotomia entre a abordagem das capacidades vs. dimensão renda (SRINIVASAN, 1993) e também se a função do IDH seria medir fins (*outputs*) ou meio (*inputs*)⁸. A agregação de dados econômicos e sociais também foi criticada, ampliando a discussão sobre agregação de dados *versus* a criação de índices suplementares, (KANBUR, 1990; PYATT, 1992; RYTEN, 2000). Debateu-se também a

⁸ Segundo RAWORTH(2005) os principais estudos sobre este tema são HOPKINS (1991); PYATT(1992) e IVANOVA (1994)

ausência de informações sobre a distribuição das dimensões por renda, etnia, gênero, região⁹. Assim, ao longo das duas décadas seguintes, o modelo de cálculo do IDH foi revisado ano a ano, sendo que alguns índices suplementares foram criados. Veremos aqui o caso do IDH ajustado às desigualdades (IDHAD) e do Índice de Desigualdade de Gênero (IDG).

Um dos grandes problemas mal resolvidos do IDH é a desigualdade social e sua manifestação nas três dimensões. Neste sentido, segundo o próprio PNUD, o IDH não é uma medida real de desenvolvimento humano, mas sim um “índice do potencial de desenvolvimento humano que poderia ser atingido caso não houvesse desigualdade”. Nesse sentido, o IDHAD seria igual ao IDH apenas num cenário de ausência de desigualdade entre a população de cada país. (PNUD, 2013). A posição relativa dos EUA cai de terceira posição (IDH) para 16º posição no IDHAD, reduzindo seu valor de 0.937 para 0.831. Considerando apenas o indicador de expectativa de vida ao nascer, os EUA ficariam atrás de Chile, Portugal, Eslovênia e Cuba, dentre outros. Considerando-se apenas a dimensão renda, os EUA ficam atrás de Eslováquia, Grécia e Espanha.

A desigualdade de gêneros também passou a compor outro indicador-satélite do PNUD a partir de 2010 – o IDG (Índice de Desigualdade de Gênero) que mede em que medida o desenvolvimento humano está sendo partilhado com isonomia entre os gêneros. O IDG é calculado pela média simples de cinco indicadores classificados em três dimensões: A dimensão “saúde reprodutiva”, que é medida pelos indicadores taxas de mortalidade materna e taxa de fertilidade entre as adolescentes, a dimensão “autonomia” – medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e pela participação de cada gênero na educação secundária e superior e a dimensão “desigualdade de renda” que é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero.

⁹ Segundo RAWORTH(2005) os principais estudos sobre distribuição das dimensões de análise por renda, etnia, gênero e região são AKDER,1994; TRABOLD-NUBLER,1991; KELLEY,1991; e RYTEN,2000.

O IDG mostra a perda de posições no IDH em virtude destes descontos em cada uma das três dimensões. A posição relativa dos EUA no IDG em relação ao IDHAD cai de 16º para o 42º lugar: com apenas 17% de assentos parlamentares preenchidos por mulheres, os EUA ficam atrás de Latvia (23%), Croácia (27%) e Cazaquistão (18,2%), dentre muitos outros.

Tabela 1: Comparação entre a posição relativa dos EUA nos *rankings* de IDH, IDHAD e IDG.

Ranking			PAÍS	Valor numérico		
IDHAD	IDH	IDG	Ranking do IDHAD	IDHAD	IDH	IDG
1	1	5	Noruega	0.894	0.955	0.065
2	2	17	Australia	0.864	0.938	0.115
3	7	2	Suécia	0.859	0.916	0.055
4	4	1	Holanda	0.857	0.921	0.045
5	5	6	Alemanha	0.856	0.920	0.075
6	7	19	Irlanda	0.850	0.916	0.121
7	9	3	Suiça	0.849	0.913	0.057
8	13	10	Islândia	0.848	0.906	0.089
9	15	3	Dinamarca	0.845	0.901	0.057
10	21	8	Eslovênia	0.840	0.892	0.080
11	21	6	Finlândia	0.839	0.892	0.075
12	18	14	Áustria	0.837	0.895	0.102
13	11	18	Canada	0.832	0.911	0.119
14	28	20	República Checa	0.826	0.873	0.122
15	17	12	Bélgica	0.825	0.897	0.098
16	3	42	Estados Unidos	0.821	0.937	0.256
17	26		Luxemburgo	0.813	0.875	0.149
18	20	9	França	0.812	0.893	0.083
19	26	34	Reino Unido	0.802	0.875	0.205
20	23	15	Espanha	0.796	0.885	0.103
21	16	25	Israel	0.790	0.900	0.144

Fonte: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2013 (elaboração própria).

A taxa de mortalidade materna nos EUA também chama a atenção por ser três vezes superior as taxas dos países de nível semelhante do IDH como Noruega e Austrália, que apresentaram 7 mortes por 100.000 habitantes, ao passo que os EUA apresentou 21 aproximando-se numericamente de países como Irã (21 mortes), Arábia Saudita (24 mortes) e Lituânia (19 mortes).

O *Happy Planet Index* é um indicador híbrido que segue o modelo de três índices-chave desenvolvido pelo IDH, mas agrega a dimensão subjetiva. O índice procura avaliar em qual medida os países conseguem possibilitar o acesso a uma vida longa, feliz e sustentável por meio de três dimensões: indicadores de percepção, a expectativa de vida e a pegada ecológica. O cálculo é relativamente simples, trata-se do nível de bem estar medido por meio de pergunta dirigida pelo Instituto Gallup (o entrevistado responde como avalia sua vida numa escala de 0 a 10). A média geométrica de respostas é então multiplicada pela expectativa de vida (dado do PNUD) dividida pela pegada ambiental definida de acordo com a definição da WWF. O HPI divulga então o estado de bem-estar nacional de 0 a 100, explicitando metas específicas para grupos de países até 2050. O índice é de fácil cômputo e interpretação e está disponível em formato de mapa-múndi dinâmico no site da ONG NEF¹⁰. Neste índice os Estados Unidos figuram na 104ª posição, devido a sua alta pegada ecológica. Imediatamente antes dos EUA, encontram-se a Etiópia (devido à baixíssima expectativa de vida), Hong Kong (devido à alta pegada ecológica), Azerbaijão, Moçambique, Irã, Gana e Zimbábue.

Embora o *Relatório de Desenvolvimento Humano* publicado anualmente pelo PNUD divulgue estes índices em suas páginas finais, os mesmos aparecem como índices-satélites em relação ao IDH, e não ajustes ao índice oficial. O IDH, conforme o próprio PNUD, não é uma medida real de desenvolvimento humano, mas sim uma medida *potencial*, cujo grau

¹⁰ Consultar : <http://www.happyplanetindex.org>

de correspondência com a realidade social observada aumenta na medida em que a desigualdade de gênero e renda diminui. Por conta desta “dificuldade técnica” que índices agregados apresentam, em registrar a realidade social observável, emergiu nas últimas duas décadas uma dicotomia na academia e organismo internacionais entre a opção metodológica da criação de índices suplementares com recorte específico (como o IDHAD e o IDG) em contraposição a incorporação das dimensões exploradas por estes índices-satélites aos índices principais, que já dispõem de confiabilidade necessária para influenciar o espaço de construção de modelos de desenvolvimento dentro do paradigma no qual estão inseridos.

O Banco Mundial, assim como o PNUD, optou por produzir índices-satélites para incorporar as novas dimensões do progresso social surgidos na década de setenta – neste caso especificamente, a Poupança Nacional Ajustada (PNA) produz um percentual de correção da taxa de crescimento do PIB, somando os investimentos em educação e descontando a redução do estoque natural de recursos e os impactos diretos e indiretos da degradação do meio-ambiente. No entanto, não foi possível nenhuma publicação do Banco Mundial que apresentasse o novo *ranking* de países em função do PIB corrigido pelo percentual da PNA. Segundo este índice, taxas negativas indicam simplesmente que a dimensão total do bem-estar (*Wealth*) está em declínio, e que a continuidade das políticas públicas que levaram a esta situação só tendem a agravar o cenário de degradação ambiental e humana (*Unsustainability*). De forma sintética, o PNA é calculado da seguinte forma: poupança nacional líquida mais investimentos em educação menos o esgotamento de recursos - energia, recursos minerais, áreas florestais, estragos causados por dióxido de carbono e emissões de partículas. Trata-se de indicador claro, de fácil entendimento para gestores fiscais e da área do planejamento econômico. Em termos percentuais (e não absolutos) os Estados Unidos figuram na 93ª posição num universo de 124 países, com uma taxa de *Poupança Nacional Ajustada* de 0,93% do seu Produto Nacional Bruto, logo após a

Colômbia (1,47%), Rússia (1,55%) e Costa do Marfim (1,68%). Segundo o Banco Mundial, a vantagem metodológica desta espécie de indicador é que todas as variáveis foram monetizadas, permitindo que sejam utilizados como ferramentas na gestão da política fiscal por administradores públicos. (WORLD BANK, 2014)

Em 2014, a ONG *Social Progress Imperative* lançou Índice de Progresso Social (IPS/SPI), com o propósito de utilizar exclusivamente indicadores sociais e ambientais, sem proxies econômicas, conferindo isonomia e poder de comparação com índices estritamente econômicos, como o PIB. O IPS foca em resultados (*outcomes*) e não investimentos (*inputs*).

Os autores utilizam a palavra “*Actionability*” (“capacidade de agir”) ressaltando seu pragmatismo orientado à construção de políticas públicas aderentes por meio de 54 indicadores agregados em 12 “componentes” que medem o bem-estar em três macros dimensões: necessidades básicas, fundações do bem-estar e oportunidades. É possível visualizar o dado desagregado de cada indicador, e o processo de agregação é feito por média simples, atribuindo o mesmo peso aos 54 indicadores selecionados. Segundo os autores, a escolha de indicadores foi baseada na disponibilidade de dados consistentes, medidos pelas mesmas organizações e comparáveis internacionalmente. A base axiomática deste indicador, segundo os autores, baseia-se na filosofia do Direito Natural, que considera a busca da *eudamonia* (bem-estar espiritual) como fim último do desenvolvimento humano, contrapondo-se à abordagem utilitarista que conceitua o bem-estar em função da satisfação de necessidades materiais de consumo. Esta abordagem permite a explicitação dos juízos de valores sobre o que constituiria tal bem-estar espiritual, possibilitando transparência na escolha de dimensões e indicadores. (STERN, C. WARES, A. ORZEL, S., 2014).

Embora os Estados Unidos ocupem a 16^o posição no IPS agregado, logo após de Irlanda, Japão e Reino Unido, é possível identificar a grande variação relativa de posições

nas dimensões, sub-componentes e indicadores. As categorias de pior desempenho, em linha com o HPI e PNA, estão ligadas à sustentabilidade do sistema (69º posição) e saúde e bem-estar (70º posição), e as melhores notas dos EUA concentram-se na dimensão das oportunidades, principalmente ligadas à liberdade de ingresso no ensino superior. O **Quadro 1** abaixo pode fornecer uma visão geral da variação entre os níveis de desenvolvimento dos EUA por dimensão e componentes, indicando também os países cujas notas estão imediatamente acima das notas obtidas pelos EUA.¹¹

Quadro um: Extração analítica do Índice de Progresso Social 2014 em relação a posição relativa dos Estados Unidos.

Dimensão	posição EUA	posições imediatamente Superiores	Componentes	posição EUA	posições imediatamente Superiores
Necessidades Humanas Essenciais	23	Espanha Eslováquia Portugal França	Nutrição e Saúde básica	24	Belarus, França, Canadá Coréia do Sul
			Acesso à água e Sanamento básico	34	Turquia, Egito, Mauritânia Malásia
			Habitação mínima	9	Áustria, Suíça, Irlanda e Canadá
			Segurança Pessoal	31	Hungria, Estônia, Cuba Kuwait
Fundamentos do Bem-Estar	36	Equador Malásia Portugal Coréia do Sul	Acesso a conhecimento Básico	39	Brasil, Trinidad e Tobago, Sri Lanka e Cuba
			Acesso a informação e Comunicação	23	Jamaica, França, Canadá Austrália
			Saúde e bem-estar	70	Mali, Nepal, Eslováquia e Cuba
			Sustentabilidade do eco-sistema	69	Bangladesh, Gana, Jamaica Belarus
Oportunidades	5	Irlanda Austrália Canadá Nova Zelândia	Direitos Pessoais	22	Costa Rica, Espanha, Bélgica Irlanda
			Liberdade Pessoal e de Escolha	15	Uruguai, Alemanha, Reino Unido Islândia
			Tolerância e inclusão	13	Suíça, Noruega, Holanda Dinamarca
			Acesso ao ensino superior	1	-

Fonte: SPI, 2014(elaboração própria)

4 Observações finais

A sistematização dos índices analisados neste artigo pode ser encontrada no **Quadro 2**, que relaciona a posição relativa dos EUA a cada índice de progresso social, a instituição

¹¹ É interessante notar que outras vezes as posições semelhantes de dois países em índices de desenvolvimento mascaram fatores causais díspares, como o caso de pirâmides etárias muito parecidas entre a Suíça e Botswana, no primeiro caso devido a baixa taxa de natalidade constatada nas economias centrais e no segundo caso devido a alta taxa de mortalidade de jovens devido a epidemia da aids.

responsável, seu escopo de medição e algumas considerações gerais acerca de possíveis implicações para o desenvolvimento humano.

A grande variação relativa na posição dos EUA – de primeiro lugar, no PIB ao 104º no *Happy Planet Index* não pode ser computada matematicamente, pois não se tratam de escalas comparáveis. No entanto, a diferença aponta para a grande gama de interpretações diferentes do “desenvolvimento” em sua na aceção mais ampla. Nesse espaço informacional, competem métricas representantes de distintos interesses que se sobrepõe uns aos outros, utilizando-se dos meios disponíveis para fazer valer sua seus “efeitos desejados”. Independentemente da agenda política que define os “efeitos desejados” – seja em prol de um relaxamento das leis ambientais ou de uma métrica que atribua mais peso à produção industrial e ao crescimento econômico do que a distribuição de riqueza no planeta – esta se vale de meios para exercer seu poder ideológico por meio de índices sintéticos. Suas características - informação agregada, útil, simples de compreender e caráter normativo, que prescrevem planos de ações para os países e demais atores - são ferramentas de articulação de agendas político-econômicas na esfera internacional. Essas agendas são sustentadas na formulação de ideias concebidas de certo modo, “ expressas em certas circunstâncias [...] e difundida mediante certos processos” (BOBBIO, MATEUCCI e PASQUINO, 1998 p. 955) com os quais um país consegue persuadir outro a querer o mesmo que ele deseja para si (NYE, 1990), de modo a orientar o padrão de desenvolvimento dominante na agenda internacional.

Conforme explicitado na introdução deste artigo, a própria adoção da “posição relativa dos EUA” como variável independente para identificar eventuais incongruências entre as ferramentas analisadas pode representar em si um juízo de valor. No entanto, considerando que sempre estaremos sujeitos à valoração da realidade social segundo nossas

lentes, a melhor prática é sempre explicitar o marco normativo no qual o índice foi construído, clarificando a quais objetivos ou qual sentido de desenvolvimento é perseguido.

O debate acerca da adoção de um índice sintético de desenvolvimento humano comparável internacionalmente torna-se ainda mais importante, especialmente no que tange a explicitação de seus conteúdos e agendas políticas subjacentes, para que estejam disponíveis à compreensão e crítica dos principais atores do desenvolvimento. Carecemos de instrumentos eficazes na gestão de problemas políticos de ordem multidimensional, que capturem os principais problemas sistêmicos da humanidade – a desigualdade, a pobreza e a degradação do meio-ambiente. Estes problemas apenas poderão ser equacionados com ferramentas de medição que possibilitem à conformação de modelos de desenvolvimento comprometidos com esta realidade, possibilitando o desenho e aplicação de políticas públicas coerentes no nível interno e internacional.

Quadro 2: A posição relativa dos EUA em índices de desenvolvimento econômico e social. (2013)

Índice	Ranking EUA	Instituição	O que mede?	Implicações para o desenvolvimento humano
PIB	1	Banco Mundial	Valor total de bens e serviços produzidos num dado território em determinado ano a preços correntes.	O PIB é essencial para a determinação da política macroeconômica de um país e não foi especificamente construído para a medição de níveis de bem-estar humano. A utilização do PIB como métrica geral de desenvolvimento econômico, todavia, apresenta enormes riscos ao ignorar a dimensão da degradação do meio-ambiente e das desigualdades no mundo contemporâneo, que podem inviabilizar o próprio crescimento econômico no futuro.
PIB PPC	1	Banco Mundial	O cálculo do PIB pelo método de paridade de poder de compra entre diferentes países considera não apenas as variações cambiais, mas também o custo de vida relativo e a taxa de inflação.	O PIB PCC corrige as divergências entre o poder de compra real em contextos econômicos distintos, mas ainda é restrito no sentido que não explicita a desigualdade na distribuição de renda
IDH	3	PNUD	O IDH considera três dimensões : (1) o direito a uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida ao nascer; (2) o acesso ao conhecimento, medido pela média dos anos de estudo e pela expectativa de anos de estudo e (2) um padrão de vida decente, medido pelo PIB (PPC) per capita.	Segundo PNUD : "Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate." (PNUD, 2013)
PIB PPC Per capita	11	Banco Mundial	O PIBpc PP mede o valor final, em termos correntes, de todos os bens e serviços produzidos no âmbito de uma nação em determinado ano dividido pela população média para o mesmo ano.	O PIBpc PCC permite visualizar o tamanho do produto de um país em relação à sua população, mas produz dados conflitantes na medida em que a renda per capita não leva em consideração a distribuição desta renda pela população.
IDH ajustado às Desigualdades (IDHAD)	16	PNUD	O IDH ajustado às desigualdades relativiza os dados do IDH corrigindo as desigualdades existentes em cada uma das três dimensões por meio de equações de Atkinson.	Com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano "potencial" e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano "real". A "perda" no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa por um percentual. O IDHAD representa avanços, mas ainda é baseado num conjunto bastante limitado de dimensões e indicadores, que não necessariamente tem o mesmo peso para todos os países analisados.
Social Progress Indicator (Índice de Progresso Social – IPS)	16	ONG Social Progress Imperative	O mais recente dos índices analisados (2015), o IPS inova ao concentrar seus indicadores no âmbito social e ambiental, sem <i>proxies</i> econômicas. [É composto de 54 indicadores, agrupados em 12 componentes alocados em três dimensões : necessidades básicas, fundações do bem-estar e oportunidades.	O IPS utiliza um amplo leque de índices que tem por objetivo medir diretamente a satisfação do bem-estar, o que naturalmente envolve concepção <i>apriorista</i> do que efetivamente caracteriza o bem-estar humano. Seus autores explicitam esta preocupação, situando o índice dentro do marco paradigmático do Direito Natural e do conceito de igualdade de oportunidades. Outra vantagem do índice é a facilidade de desagregação em indicadores de recortes sociais mais específicos, o que facilita sua utilização para fins de desenho e aplicação de políticas públicas.
Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)	42	PNUD	O IDG mede desigualdade de acesso a oportunidades entre os gêneros em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e a atividade econômica.	De modo análogo ao IDHAD, o IDG vem a complementar a correção do IDH por meio da desigualdade de oportunidades entre os gêneros. Embora represente importante avanço na mensuração do bem-estar, o IDG ainda é calcado na estrutura rígida de três dimensões utilizadas pelo IDH desde 1990, com a exceção de algumas alterações pontuais. O IDH seria um índice mais próximo da realidade caso incorporasse de fato a dimensão desigualdade em sua metodologia, ao invés de criar índices-satélite.
Poupança Nacional Ajustada (Adjusted National Savings)	94	Banco Mundial	Indicador de sustentabilidade que mede a taxa real de acumulação de riqueza das nações descontando do PIB a destruição de recursos naturais e estragos causados ao meio-ambiente e somando os investimentos em capital humano.	O índice PNA do Banco Mundial aporta metodologia contábil interessante pois monetiza recursos importantes que outrora não eram contabilizados pelo PIB. É interessante também que se trata de uma taxa de correção do PIB em virtude dos danos ambientais e do desgaste dos recursos naturais. A crítica neste caso é o que impede o BM de incorporar esta taxa de desconto diretamente em seus cálculos de PIB, assim tornando a medida de produção nacional mais realista ao considerar todos os recursos efetivamente utilizados e todos os malefícios associados a este incremento de produção.
Happy Planet Index (HPI) ("Índice de Felicidade No Planeta")	104	NEF	O índice procura avaliar em qual medida os países conseguem possibilitar o acesso a uma vida longa, feliz e sustentável por meio de três dimensões: o nível de bem-estar percebido, a expectativa de vida e a pegada ecológica.	O HPI dá continuidade a fórmula simples do IDH mas aporta a dimensão subjetividade do indivíduo ao considerar a opinião do entrevistado para a dimensão de bem-estar percebido. Os demais indicadores vem do próprio PNUD (expectativa de vida ao nascer) e da WWF (pegada ecológica), permitindo ampla comparabilidade em escala internacional. A crítica a este índice é até que ponto a dimensão de bem-estar não pode enviesar as demais devido à sua subjetividade. No entanto, no caso dos EUA e outros países desenvolvidos é a alta pegada ecológica que mais prejudica sua posição no ranking.

Fonte: PNUD, 2013; WORLD BANK, 2014; NEF, 2014 e SPI,2014 (elaboração própria).

Referências

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

FRIEDMANN, J. **Empowerment – The Politics of Alternative Development**. Blackwell Publishers. Cambridge, 1992. p.37 – 45.

MONNI, S.; SPAVENTA, A. **Shifting the focus from paradigms to goals : A new approach towards defining and assessing wellbeing**. Working Paper n° 114. Dipartimento di Economia Università degli Studi Roma Tre : Roma, 2002. Disponível em : <<http://www.fondazionetica.it/wp-content/uploads/2011/09/Paper-Monni-Spaventa-3.pdf>>. Acesso em: 04 jun.2014

MULLER, P. A History of national accounting. **Courrier des statistiques, English series** no. 9, 2003. [Resumo da obra VANOLI, A. *Une histoire de la comptabilité nationale*. La Découverte: Paris, 2002.] Disponível em : <http://www.insee.fr/en/ffc/docs_ffc/cs103h.pdf> Acesso em: 25 maio 2014

NORDHAUS, W., TOBIN, J. Is Growth Obsolete? In: **Economic Research: Retrospect and Prospect Vol 5: Economic Growth** .ISBN: 0-87014-254-2. National Bureau of Economic Research, 1972. Disponível em : <<http://www.nber.org/chapters/c7620>> Acesso em: 25 maio.2014

NYE, J. Soft power. **Foreign policy**, p. 153-171, 1990.

OSBERG, Lars. The Measurement of Economic Well-Being. **Approaches to economic well-being**, v. 26, p. 49, 1985. Disponível em : <<http://www.csls.ca/iwb/macdonald.pdf>> Acesso em: 10 abr.2014

OSBERG, L. ;SHARPE, A. An Index of Economic Well-Being for Selected OECD Countries in: **Review of Income and Wealth**. International Association for Research in Income and Wealth, vol. 48(3). 2002. p.291-316

RAWORTH, K. Critiques of the Human Development Index: A Review. in: **Readings in Human Development : Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm**. Oxford Univeristy Press.2005. p. 164-176

ROBEYNS, I. The capability approach: A theoretical survey. **Journal of Economic Development**. Vol. 6, No. 1, March 2005. Disponível em <<http://omega.cc.umb.edu/~pubpol/documents/RobeynsJHDoncapabilities.pdf>>. Acesso em 15/04/2014.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo: Editora Record. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. (2001 [1992]).

_____. From income inequality to economic inequality. **Southern Economic Journal**, 64(2): 384-401. (1997b).

SICHE, R et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambient. soc.** [online]. 2007, vol.10, n.2, pp. 137-148. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2007000200009>. Acesso em 20 de Agosto de 2014.

SHIELDS, D. ; ŠOLAR, S. ; MARTIN, W. The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. **Ecological Indicators**, v. 2, n. 1, p. 149-160, 2002.

STERN, C.; WARES, A.; ORZEL, S. **The Social Progress Index Methodology 2014. Social Progress Initiative**. Washington, DC. 2014. Disponível em : <<http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/W1siZiIsIjIwMTQvMDQvMDIvMjAvMTkvNDQvMjcyL1NvY2lhbF9Qcm9ncmVzc19JbmRleF8yMDE0X01ldGhvZG9sb2dpY2FsX1JlcG9ydC5wZGYiXV0/Social%20Progress%20Index%202014%20Methodological%20Report.pdf>> Acesso em 13 abr.2014

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 1990** . New York: Oxford University Press, 1990.

_____. **Human Development Report 2013** . New York: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/human-development-report-2013/>>. Acesso em: 02 maio 2014

CONSULTAS A SITES NA INTERNET

NEW ECONOMIC FOUNDATION -NEF. Happy Planet Index data. [extração em excel]. Disponível em: <http://www.happyplanetindex.org/data/> Acesso em 15 maio 2014

SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE – SPI. Social Progress Index 2014. Measuring national progress. [exportação dos dados em excel]. Disponível em <<http://www.socialprogressimperative.org/data/spi>>. Acesso em: 25 maio.2014

WORLD BANK. Consulta a indicadores do Banco Mundial. [extração em excel do PIB, PIBpc PIBpc PPC] Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 20 maio 2014